

PARECER Nº 3/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

**Assunto: Oferta Permanente - Diretrizes Ambientais - Bacia do Parnaíba**

**1 OBJETIVO**

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, e a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 05/2024, visando a inclusão de 24 (vinte e quatro) blocos exploratórios na Oferta Permanente de Áreas, localizados na **Bacia do Parnaíba**, nos estados do Maranhão e Piauí. A análise desta Coordenadoria atende ao disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017 e na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022. Também serão consideradas as eventuais restrições a serem observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, bem como aquelas decorrentes da aplicação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP, aprovada pela Resolução de Diretoria nº 436/2024, de 27/06/2024.

**2 REFERÊNCIAS**

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 196/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1866604)
- [5] Ofício nº 27/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1936595)
- [6] Ofício nº 76/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 3010754)
- [7] Ofício nº 1923/2022-GAB/SEMA de 06/01/2023 (SEI 2941741)
- [8] Parecer nº 208/2022-SBAP/SARA/SEMA/MA/2022 de 22/09/2022 (SEI 2941747)
- [9] Ofício nº 198/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1866760)
- [10] Ofício nº 29/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1936698)
- [11] Ofício nº 134/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 2183108)
- [12] Ofício GAB/SEMAR nº 277/2022 de 16/05/2022 (SEI 2179238)
- [13] Manifestação Técnica Geolocacional de 16/05/2022 (SEI 2179246)
- [14] Ofício GAB/SEMAR nº 582/2022 de 12/05/2022 (SEI 2464470)
- [15] Ofício nº 16/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ (SEI 3744940)
- [16] Ofício Circular nº 1358/2024/MMA (SEI 4540460)
- [17] Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA (SEI 4540461)
- [18] Portaria GM/MMA nº 806/2023
- [19] Ofício nº 96/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e (SEI 4350942)
- [20] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ-e (SEI 4040085)
- [21] Ofício nº 85/2023/SAG/ANP-RJ (SEI 3537835)

- [22] Indicativo do Potencial Petrolífero Parnaíba (SEI 3540397)
- [23] Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000
- [24] Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996
- [25] Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961
- [26] Manifestação Conjunta nº 05/2024 MME/MMA, de 16/12/2024 (SEI 4589274)
- [27] Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP (SEI 4001491)
- [28] Ofício nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ – (SEI 4652970)
- [29] Ofício nº 24/2025/SAG/ANP - (SEI 4688949)
- [30] Ofício nº 8/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ – (SEI 3691772)
- [31] Ofício nº 96/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ – (SEI 4350942)

### **3 INTRODUÇÃO**

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. No caso em tela, a intenção da ANP era de incluir 31 (trinta e um) blocos localizados na Bacia do Parnaíba no Sistema de Oferta Permanente, situados nos setores SPN-N, SPN-O e SPN-SE, localizados nos estados do Maranhão e Piauí, conforme Tabela 1 e Figura 1. As solicitações de parecer aos órgãos ambientais foram tratadas, portanto, em duas frentes, conforme a localização dos blocos.
5. Para os 27 blocos localizados no Estado do Maranhão, a ANP fez solicitações à Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA/MA), por meio do Ofício nº 196/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [4], do Ofício nº 27/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [5] e do Ofício nº 76/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [6], sendo atendida pelo Ofício nº 1923/2022-GAB/SEMA [7] de 06/01/2023, que encaminhou o Parecer nº 208/2022-SBAP/SARA/SEMA/MA/2022 [8], de 22/09/2022.
6. Para os 8 blocos situados no Estado do Piauí, a ANP fez solicitações a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH-PI), por meio do Ofício nº 198/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [9], do Ofício nº 29/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [10] e do Ofício nº 134/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [11], sendo atendida pelo Ofício GAB/SEMAR nº 277/2022 [12] de 16/05/2022, que encaminhou a Manifestação Técnica Geolocacional [13] de 16/05/2022, e pelo Ofício GAB/SEMAR nº 582/2022 [14] de 12/05/2022, que complementou as informações.
7. Cabe destacar que os blocos PN-T-136, PN-T-137, PN-T-150 e PN-T-165, por estarem situados na divisa do Maranhão e Piauí, tiveram a solicitação de parecer aos OEMAs dos dois estados, e por esse motivo constam na relação de blocos do Maranhão e Piauí, e destacados em negrito.

Tabela 1 - Blocos em estudo nas Bacia do Parnaíba

Bacia do Parnaíba – 27 Blocos do Maranhão	
Setor	Blocos Exploratórios e AAMs
SPN-N (20 blocos)	PN-T-14, PN-T-15, PN-T-16, PN-T-17, PN-T-18, PN-T-29, PN-T-30, PN-T-31, PN-T-32, PN-T-33, PN-T-48, PN-T-49, PN-T-65, PN-T-67, PN-T-84, PN-T-85, PN-T-86, PN-T-101, PN-T-102, PN-T-114
SPN-O (4 blocos)	PN-T-145, PN-T-147, PN-T-162, <b>PN-T-165*</b>
SPN-SE (3 blocos)	<b>PN-T-136*, PN-T-137*, PN-T-150*</b>
Bacia do Parnaíba – 8 Blocos do Piauí	
SPN-SE (7 blocos)	<b>PN-T-136*, PN-T-137*, PN-T-150*</b> , PN-T-151, PN-T-166, PN-T-168, PN-T-182
SPN-O (1 bloco)	<b>PN-T-165*</b>

(\*) blocos na divisa do Maranhão com o Piauí

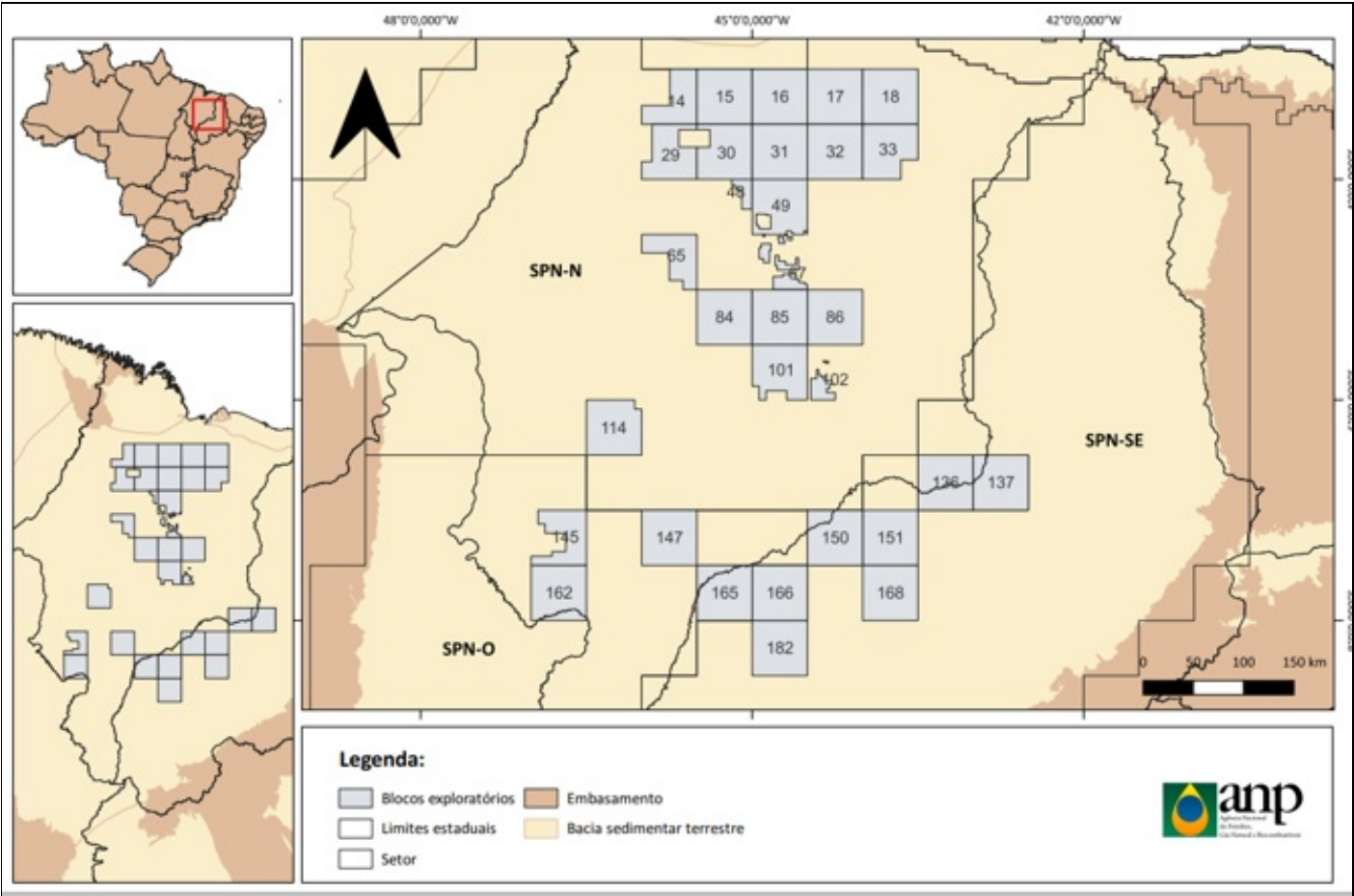


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos em estudo nas Bacia do Parnaíba.

8. As recomendações contidas nos pareceres dos OEMAs culminaram com a exclusão/incorporação de 4 (quatro) blocos durante a elaboração de minuta de Manifestação Conjunta, encaminhada ao MME/MMA por meio do Ofício nº 16/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ [15].

9. Em 27/11/2024, por meio do Ofício Circular Nº 1358/2024/MMA [16], o MMA encaminhou o Parecer Técnico nº 820/2024-MMA [17], contendo a manifestação técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás (GTPEG), criado a partir da Portaria GM/MMA Nº 806/2023 [18], para subsidiar a elaboração de manifestação conjunta a ser firmada pelo MMA e MME. Na ocasião, o GTPEG, composto por representantes do MMA, Ibama e ICMBio, ampliou sua análise para incluir outros 4 blocos cujas manifestações conjuntas tiveram sua validade expirada em dezembro de 2023. O parecer ambiental sobre esses blocos foi elaborado conforme solicitação da ANP e priorização indicada pelo MME, nos termos do Ofício nº 96/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e [19] e Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ-e [20].
10. Assim, 31 (trinta e um) blocos foram analisados da Bacia do Parnaíba, situados nos setores SPN-N, SPN-O e SPN-SE, localizados nos Estados do Maranhão e Piauí, conforme apresentado na Tabela 2 e Figura 2 a seguir.

Tabela 2 - 31 blocos da Bacia do Parnaíba, analisados pelo Parecer Técnico Ambiental do GTPEG [17].

Bacia Sedimentar	Quantitativo	Áreas Analisadas
Parnaíba	Novas áreas: 27 blocos	Setor SPN-N: PN-T-14, PN-T-17, PN-T-18, PN-T-29, PN-T-32, PN-T-33, PN-T-48, PN-T-49, PN-T-65, PN-T-67, PN-T-84, PN-T-85, PN-T-86, PN-T-101, PN-T-102, PN-T-114 Setor SPN-O: PN-T-145, PN-T-147, PN-T-162, PN-T-165 Setor SPN-SE: PN-T-136, PN-T-137, PN-T-150, PN-T-151, PN-T-166, PN-T-168, PN-T-182
	Blocos com Manifestação Conjunta vencida em dez/2023: 4 blocos	Setor SPN-N: PN-T-46, PN-T-50, PN-T-51, PN-T-100

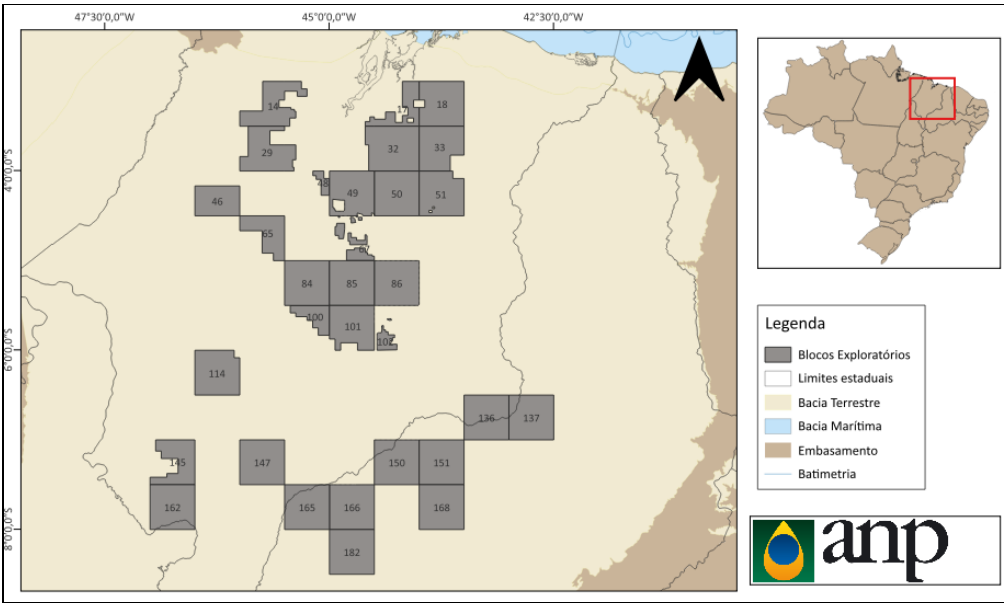


Figura 2 - Localização geral dos 31 blocos propostos na Bacia do Parnaíba

11. Ocorre que em 27/06/2024 foi aprovada, pela Diretoria Colegiada da ANP, a **Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP** [27], que propôs a adoção de critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Manifestação Conjunta elaborada pelo MME e pelo MMA não considerou a aplicação desses novos critérios, cabendo à ANP a análise das restrições deles decorrentes, o que se faz na sequência deste Parecer.
12. Destaca-se que a Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [27] faz parte do conjunto de documentos levados à Consulta e Audiência Públicas nº 02/2024, cujo objetivo era "obter subsídios sobre o edital de licitações e os contratos de concessão de blocos exploratórios e de área com acumulações marginais da Oferta Permanente de Concessão – OPC".

#### 4.1 - Características gerais da Bacia do Parnaíba

13. A Bacia do Parnaíba localiza-se na região nordeste ocidental do território brasileiro, ocupando uma área de 665.888 km<sup>2</sup>. A bacia apresenta forma elíptica, com eixo de maior elongação orientado para NE-SO com um comprimento de aproximadamente 1.000 km, distribuindo-se pelos estados do Piauí, Maranhão, Pará, Tocantins, Bahia e Ceará. Seus limites são marcados ao Norte pelas bacias de São Luís e Barreirinhas, das quais se separa pelo Arco de Ferrer-Urbano Santos; a Noroeste com a Fossa de Marajó, da qual está separada pelo Arco de Tocantins; e a Sul e a Sudeste por extensões de coberturas de idade pré-cambriana, correlatas à faixa de dobramento Brasília, chamadas “Bacia de São Francisco” e “Bacia dos Lençóis” (Cunha, 1986). Em seu depocentro, a espessura da coluna sedimentar atinge cerca de 3.500 m (Vaz et al., 2007).

14. A exploração de hidrocarbonetos na Bacia do Parnaíba iniciou-se na década de 1950, e já foi ofertada em quatro rodadas de licitações. O esforço exploratório realizado na Bacia resultou em levantamentos regionais de dados gravimétricos e magnetométricos, aquisição de dados sísmicos bidimensionais e na perfuração de 246 poços exploratórios, sendo 104 pioneiros e 12 estratigráficos. Em outubro de 2023, a bacia contava com 11 campos, sendo 7 deles em produção e 4 em desenvolvimento. (SIGEP, 2023)

#### 4.2 - Fluxo de definição das diretrizes ambientais

15. A ANP pretendia originalmente incluir no processo de Oferta Permanente 31 (trinta e um) blocos exploratórios, conforme indicado na Figura 1. Como etapa inicial do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

16. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar terrestre, faz-se necessário solicitar parecer ao órgão de meio ambiente estadual com competência para o licenciamento ambiental na área de petróleo e gás natural e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

17. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia os critérios específicos estabelecidos pelo órgão ambiental e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas sensíveis ambientalmente recomendadas pelos órgãos ambientais, caso necessário, e encaminha ao MMA e ao MME a delimitação dos blocos ou áreas a serem ofertados em formato vetorial (*shapefile*), juntamente com os pareceres ambientais e a estimativa do potencial petrolífero da área.

18. O MMA e o MME, por sua vez, devem elaborar a Manifestação Conjunta, que terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

19. No caso em análise, a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26] considerou o estabelecido no art 4º da Portaria Interministerial nº 01/2022 [3], que indica que deverá(ão):

"I - ser **excluídas**, mediante justificativa, as áreas dos blocos que:

a) apresentem **sobreposição às unidades de conservação**, nos termos da Lei nº 9.985 [23], de 18 de julho de 2000, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental - APA, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes; e

b) apresentem **sobreposição com terras indígenas delimitadas, declaradas, homologadas e regularizadas** por decreto presidencial ou área interditada com restrição de ingresso e trânsito em razão da presença de índios isolados, regido pelo art. 7º do Decreto nº 1.775 [24], de 8 de janeiro de 1996, conforme consta da base de dados georreferenciados disponibilizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

- II - ser **indicada a sobreposição** de blocos com as seguintes áreas:
- a) **APA e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação**, quando existentes, que compõem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985 [23], de 2000, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes;
  - b) áreas com **ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;
  - c) áreas com **ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, do Instituto Chico Mendes, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção;
  - d) **assentamentos, territórios quilombolas**, de acordo com a base de dados georreferenciados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
  - e) **áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, nos termos da Lei nº 3.924 [25], de 1961, cujos dados georreferenciados são disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e
  - f) **áreas com riscos geológicos**, conforme a base de dados georreferenciados disponível no sítio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;
- III - ser indicado o **potencial petrolífero** e eventuais restrições ambientais, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados, na forma do art. 2º, incisos I e II."

20. Conforme já apontado, a partir da aprovação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [27], foram estabelecidos critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Tabela 3 sintetiza as principais alterações propostas pela referida Nota Técnica.

Tabela 3 - Novos Critérios Socioambientais

	Critérios Anteriores	Critérios NT 08/2024
Terras Indígenas e Quilombolas	Delimitação de blocos considera a exclusão de áreas indígenas demarcadas	Exclusão de áreas indígenas e quilombolas + buffer de 10 Km na região da Amazônia Legal e de 8 Km em outras regiões
Unidades de Conservação	UCs recortadas no processo de delimitação dos blocos + recortes complementares a partir das recomendações dos OEMAs	Recorte das Zonas de Amortecimento (ZA) estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. Para as UCs que não tenham ZA definidas em seu Plano de Manejo, ou que não tenham Plano de Manejo, buffer de 10 km se na Amazônia Legal, ou 8 km fora dela
Áreas densamente povoadas	NA	Núcleos Urbanos com mais de 400 habitantes por km² Recorte de áreas com extensão superior a 5 Km²
Áreas de mineração de sal gema	NA	Exclusão de áreas sobrepostas à extração de sal-gema na fase de “Concessão de Lavra”

21. Assim, após o recebimento da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26], a ANP procedeu à aplicação desses critérios adicionais.

### 4.3 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos ambientais

22. Na Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26], foram apresentados os aspectos ambientais específicos apontados pelos órgãos ambientais estaduais consultados, conforme transcrito na

sequência.

## **SEMA-MA**

23. No Ofício Nº 1923/2022-GAB/SEMA [7] de 06/01/2023, a SEMA-MA registrou que encaminhou cópia de licenças ambientais relacionadas às atividades exploratórias de Petróleo e Gás Natural. Em suas condicionantes constam as principais exigências do órgão ambiental para o licenciamento das atividades de E&P no Maranhão.

24. O Parecer n.º 208/2022-SBAP/SARA/SEMA/MA/2022 [8], datado de 22 de setembro de 2022, teve por finalidade analisar ambientalmente os 27 blocos em estudo da bacia do Parnaíba localizados no Maranhão. A SEMA-MA indicou a existência de sobreposição dos blocos PN-T-15, PN-T-16, PN-T-30 e PN-T-31 com a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense (CNUC n.º 0000.21.1887), e dos blocos PN-T-17 e PN-T-18 com a APA de Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças (CNUC n.º 0000.21.1888). O OEMA destacou, ainda, a importância ambiental das APAs para a conservação dos Recursos Hídricos e da biodiversidade, além do impacto positivo na qualidade de vida da população que ali reside, solicitando a exclusão dos blocos exploratórios. (Vide Figura 3 da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26])

25. Em complemento, de modo a proteger o patrimônio arqueológico, assim como evitar a geração de conflitos sociais em territórios tradicionais, a SEMA-MA apresentou um mapa com a identificação das sugestões de exclusão de áreas sobrepostas aos blocos PN-T-15, PN T-16, PN-T- 17, PN-T-18, PN-T-30 e PN-T-31 contendo superfícies hídricas e áreas de grande relevância social, cultural e histórica (Figura 4 da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26]).

26. A SEMA-MA alertou que os licenciamentos ambientais que porventura venham a ser realizados no interior das APAs deverão conter estudos detalhados acerca dos impactos sobre os elementos ou aspectos ambientais que são objetos de proteção das unidades, considerando as espécies da fauna e da flora (especialmente as ameaçadas), ecossistemas, serviços ecossistêmicos, aspectos geológicos, geomorfológicos e hidrológicos ocorrentes nas áreas de influência direta e indireta das intervenções, assim como aspectos socioeconômicos, históricos e culturais, e que na ocasião deverão ser apresentadas medidas de controle e monitoramento ambiental, conforme previsão legal, além de medidas mitigadoras e/ou compensatórias para cada impacto gerado.

## **SEMARH-PI**

27. A SEMARH-PI, no Ofício GAB/SEMAR nº 582/2022 [14], esclareceu que o Estado do Piauí não dispõe de legislação específica que trate sobre licenciamento ambiental de atividades de produção e exploração de óleo e gás, sendo aplicável apenas a norma geral que trata sobre o licenciamento estadual, que é a Resolução CONSEMA/PI nº 040 do ano de 2021.

28. Com relação aos blocos em estudo localizados no Estado do Piauí, a Manifestação Técnica Geolocacional [13], de 16/05/2022, teve por finalidade analisar ambientalmente os oito blocos da bacia do Parnaíba, e apresentar um diagnóstico ambiental das áreas protegidas e/ou sensíveis existentes em sobreposição aos polígonos em estudo. A SEMARH-PI apontou, no item 2 sub item "e", uma sobreposição de 796.98 ha (0,25%) na Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Nazaré e 5.409,24 ha (1,73%), dentro dos limites da Zona de Amortecimento, conforme Figura 5 da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26].

## **GTPEG (IBAMA + ICMBio + MMA)**

29. Com relação ao Parecer Técnico ambiental do GTPEG [17], algumas questões relevantes adicionais foram apresentadas e foi indicado pelo Grupo que alguns blocos apresentavam sobreposição com fatores de sensibilidade ambiental, apresentando, em síntese, recomendação de exclusão de 1 bloco (PN-T-17), o recorte de 17 blocos, e nenhuma adequação para 13 blocos, conforme indicado na Tabela 5 da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26].

30. Essas recomendações foram tratadas e complementadas durante a aplicação dos novos critérios socioambientais abordados no item 4.6 deste parecer, quando por meio do Ofício nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [28], foi solicitado à Superintendência de Avaliação Geológica e Econômica (SAG) que efetuassem os recortes recomendados pelo GTPEG nos blocos PN-T-14, PN-T-18, PN-T-32 e PN-T-49, PN-T-100, PN-T-114, PN-T-136, PN-T-137, PN-T-147, PN-T-150, PN-T-151, PN-T-165, PN-T-166, PN-T-168 e PN-T-182, e a exclusão do bloco PN-T-17, conforme recomendações da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [2].

31. Ainda no Parecer GTPEG [17], adicionalmente foram avaliados quatro blocos que tiveram a sua MC expirada em dezembro de 2023. Entre os blocos PN-T-46, PN-T-50, PN-T-51 e PN-T-100, houve recomendação de recorte apenas para o PN-T-100.

#### 4.4 - Análise de sobreposição

32. Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 05/2024 [26] observou os parâmetros de análise de sobreposição definidos na Portaria, acrescidos das análises iniciais efetuadas pelos OEMAs e demais órgãos ambientais. Todos os itens indicados na sequência referem-se ao documento Manifestação Conjunta.

33. No item 4.3.1 – **Sobreposição com Unidade de Conservação**, foram apresentados os comentários mais relevantes dos órgãos ambientais sobre sobreposição com Unidades de Conservação e áreas ambientalmente sensíveis. Ressalta-se principalmente as sobreposições com as áreas de influência das APAs da Baixada Maranhense e Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças.

34. O Parecer GTPEG [17] ressalta, ainda, os seguintes pontos:

- Blocos PN-T-14, PN-T-32, PN-T- 49 sobrepostos à APA da Baixada Maranhense;
- Blocos PN-T-17 e PN-T-18 sobrepostos à APA Upaon-Açu/Miritiba/Alto Preguiças;
- Bloco PN-T-137 sobreposto à APA da Lagoa de Nazaré;
- Bloco PN-T-168 sobreposto à RPPN Fazenda Boqueirão e à proposta prioritária de criação da ESEC Jerumenha;
- Blocos PN-T-151 e PN-T-168 sobrepostos a uma proposta prioritária de criação da ESEC Jerumenha.

35. O GTPEG recomenda a exclusão do bloco PN-T-17 e adequações dos demais blocos conforme apresentado na Tabela 5 e Figuras 6 a 8 da Manifestação Conjunta.

36. No item 4.3.2 – **Sobreposição com Terras Indígenas**, foi informado que não foram encontradas sobreposições diretas com Terras Indígenas durante a análise, conforme pode ser observado na Figura 9 da Manifestação Conjunta, que mostra a localização das Terras Indígenas nas áreas em estudo na bacia do Parnaíba. O GTPEG recomenda a adoção dos critérios estabelecidos na NT Conjunta nº 8/2024/ANP [27].

37. No item 4.3.3 – **Sobreposição com espécies de fauna ameaçadas**, a Figura 10 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 05/2024 [26] registra, na Bacia do Parnaíba, as nove espécies ameaçadas de extinção classificadas como Criticamente em Perigo (CR), com registros de ocorrências identificados e detalhados na Tabela 8 da Manifestação Conjunta. O Parecer do GTPEG complementa com informações mais detalhadas sobre a sobreposição dos blocos da Bacia do Parnaíba e com registros de ocorrência de vinte espécies ameaçadas de extinção (Tabela 9 da Manifestação Conjunta), sendo 5 classificadas como Criticamente Ameaçada (CR), 4 em Perigo (EN) e 11 Vulneráveis (VU).

38. No item 4.3.4 – **Sobreposição com espécies de flora ameaçadas**, as duas espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR) no estado do Maranhão e as seis espécies Em Perigo (EN) na região onde se localizam os blocos em estudo na bacia do Parnaíba, foram relacionadas por espécies e distâncias dos pontos de registro da ocorrência ao bloco mais próximo, na Tabela 10 da Manifestação Conjunta. A Figura 11 da Manifestação Conjunta registra a localização dos registros de ocorrência dessas



espécies.

39. No item 4.3.5 – **Sobreposição com assentamentos rurais e territórios quilombolas**, na Na Figura 12, foram identificadas sobreposições com territórios quilombolas nos blocos PN-T-32 (São Francisco Malaquias 1.089 ha), PN T-33 (Barro Vermelho 472 ha) e PN-T-49 (São Sebastião dos Pretos 1.010 ha). O Parecer Técnico do GTPEG Nº 820/2024/MMA [17] corrobora essa análise e recomenda adequação dos blocos PN-T-32, PN-T-33 e PN-T-49. Além disso, indica sobreposição do bloco PN-T-50 com o TQ Lago Grande e TQ Pitoró dos Pretos, para o qual também recomenda adequação. O detalhe das adequações solicitadas pelo GTPEG é apresentado na Figura 13 da Manifestação Conjunta.

40. Com relação aos Assentamentos de Reforma Agrária em sobreposição com os blocos em estudo, na Figura 14 da Manifestação Conjunta é possível visualizar a sobreposição de diversos projetos de assentamentos de reforma agrária nas áreas de interesse e suas proximidades, em quase todos os blocos, com destaque para o bloco PN-T-14 com 70 projetos situados no todo ou em parte de seu polígono.

41. No item 4.3.6 – **Sobreposição com áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, a Figura 15 da Manifestação Conjunta apresenta os sítios arqueológicos nas proximidades dos blocos em estudo na Bacia do Parnaíba, onde é possível observar a ocorrência de sobreposições em vários blocos, com destaque para o bloco PN-T-86 onde se observa o registro de 13 ocorrências.

42. No item 4.3.7 – **Sobreposição com áreas de riscos geológicos**, a Figura 16 da Manifestação Conjunta apresenta as áreas com potenciais riscos geológicos nas proximidades dos blocos em estudo. O bloco PN-T-49 está inserido em área de inundação e corrida de massa, e o bloco PN-T-114 está sujeito a enxurrada e corrida de massa.

43. No item 4.3.8 – **Outras Sobreposições**, destaca-se as recomendações de adequação apontadas pelo Parecer Técnico do GTPEG Nº 820/2024/MMA [17]. Na Bacia do Parnaíba, os blocos PN-T-100, PN-T-114, PN-T-136, PN-T-137, PN-T-147, PN-T-150, PN-T-151, PN-T-165, PN-T-166, PN-T-168 e PN-T-182, além do PN T-18, PN-T-32, foram recortados com base no mapa de áreas prioritárias do MMA. O resumo das adequações sugeridas foi apresentado na Tabela 5 da Manifestação Conjunta e os detalhes dos recortes foram mostrados nas Figuras 17 e 18 da Manifestação Conjunta.

#### **4.5 - Potencial Petrolífero**

44. As informações acerca do potencial petrolífero dos Setores SPN-N, SPN-O e SPN-SE da Bacia do Parnaíba foram baseadas nas informações contidas no Ofício nº 85/2023/SAG/ANP-RJ [21], que tem como anexo o Indicativo do Potencial Petrolífero da Bacia do Parnaíba [22].

#### **4.6 - Novos Critérios Socioambientais**

45. Em relação ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [27], no caso concreto da Bacia do Parnaíba, a STM aplicou os critérios associados a unidades de conservação, territórios quilombolas, áreas de mineração de Sal-gema e áreas densamente povoadas, e identificou as interferências existentes no mapa apresentado na Figura 3.

## Interferências totais na Bacia do Parnaíba

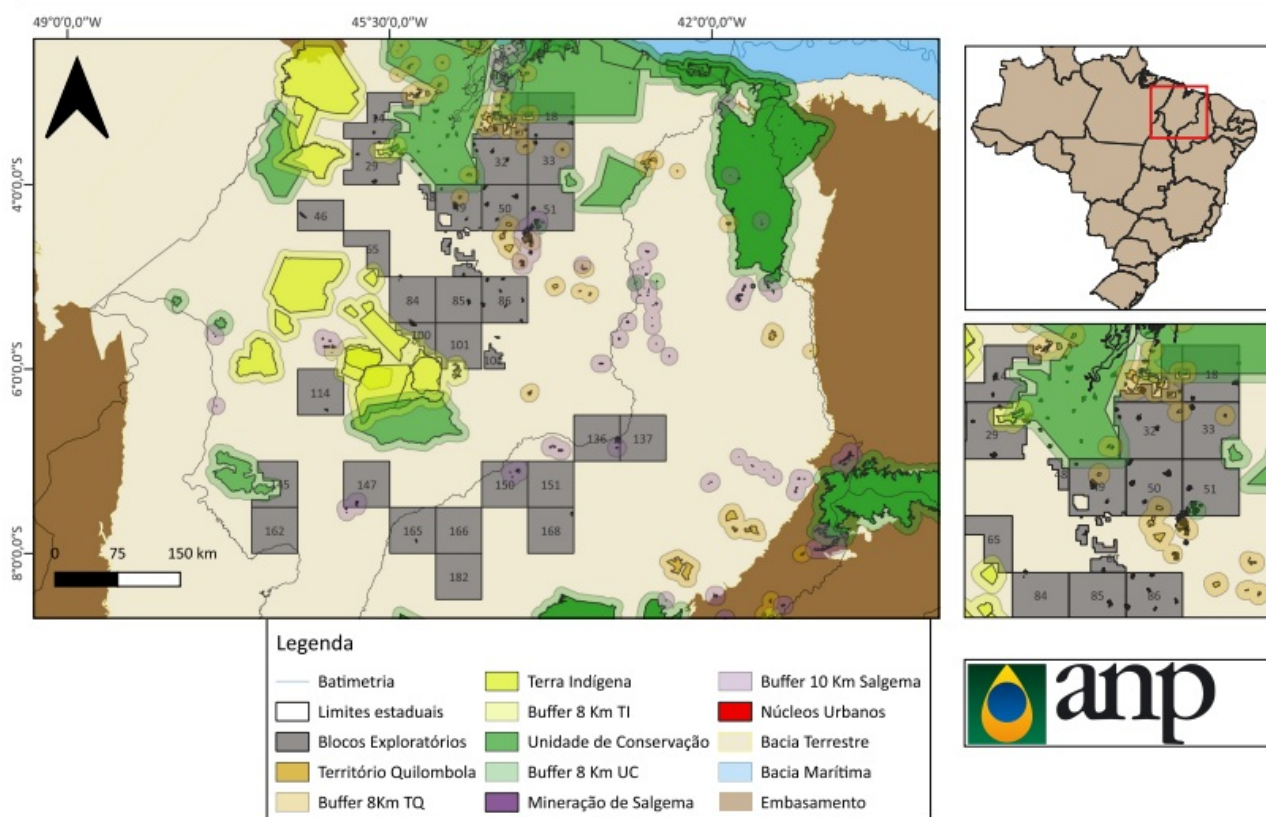


Figura 3 – Interferências totais na Bacia do Parnaíba

46. Ato contínuo, por meio do Ofício nº 14/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [28], solicitou à SAG a adequação dos polígonos dos blocos, a luz da Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [27], e das recomendações do Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17]. Com base nessas informações, a SAG promoveu os recortes, exclusões e incorporações.

47. Os recortes, exclusões e incorporações de áreas remanescentes a blocos adjacentes, informados pela SAG por meio do Ofício nº 24/2025/SAG/ANP [29], deram origem à nova configuração dos 28 (vinte e oito) blocos, listados na Tabela 4 e representados nas Figura 4. Ocorre que os blocos PN-T-46, PN-T-50, PN-T-51 e PN-T-100, que tiveram a sua Manifestação Conjunta expirada em 31 de dezembro de 2023, não foram avaliados pela SEMA MA, apesar da solicitação de elaboração de parecer ambiental da ANP por meio do Ofício nº 8/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ [30] de 12/07/2023, e reiterada em 30/09/2024 por meio do Ofício nº 96/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ [31].

48. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu Art. 2º, inciso II, determina que:

*“II - em se tratando de bacia sedimentar terrestre, parecer ao órgão de meio ambiente estadual, acompanhados, preferencialmente e quando aplicável, das informações georreferenciadas em formato vetorial (shapefile), contendo informações sobre: (...)”*

49. Assim, embora avaliados e considerados aptos na Manifestação Conjunta, é entendimento da equipe técnica da STM que **os blocos PN-T-46, PN-T-50, PN-T-51 e PN-T-100 devem aguardar parecer do SEMA MA** para conclusão dos procedimentos definidos na Portaria Interministerial [3]. Tão logo o parecer seja recebido, não havendo óbice do órgão ambiental à inclusão, e uma vez completado o rito processual, os blocos poderão ser automaticamente liberados para oferta.

50. Nesse sentido, restariam aptos à oferta o total de **24 (vinte e quatro) blocos** na Bacia do Parnaíba.

Tabela 4 - Blocos exploratórios considerados aptos na Bacia do Parnaíba

Setor	Parnaíba - Blocos Exploratórios
SPN-N (13 blocos)	PN-T-14, PN-T-29, PN-T-32, PN-T-33, PN-T-49, PN-T-65, PN-T-67, PN-T-84, PN-T-85, PN-T-86, PN-T-101, PN-T-102, PN-T-114
SPN-O (4 blocos)	PN-T-145, PN-T-147, PN-T-162, PN-T-165
SPN-SE (7 blocos)	PN-T-136, PN-T-137, PN-T-150, PN-T-151, PN-T-166, PN-T-168, PN-T-182

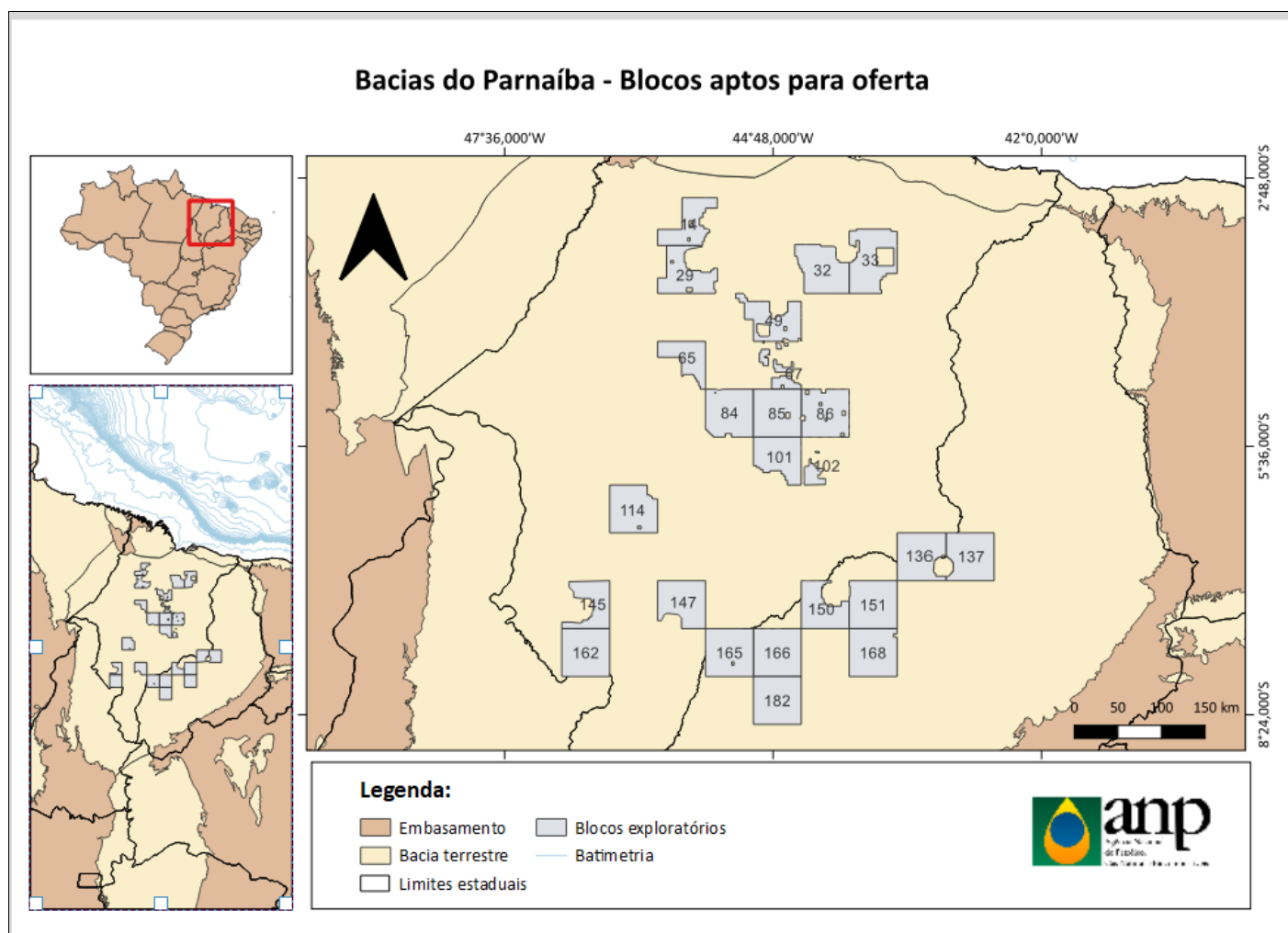


Figura 4 – Blocos aptos para oferta na Bacia do Parnaíba

#### 4.7 - Papel das diretrizes ambientais

51. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas na página da ANP na internet com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

52. Com base nas informações relatadas acima, com exceção dos quatro blocos mencionados anteriormente, conclui-se que a documentação apresentada pelos órgãos estaduais de meio ambiente,

GTPEG e a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 05/2024 [26], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

## 5 CONCLUSÃO

53. Com base nos pareceres elaborados pelos órgãos estaduais de meio ambiente do Maranhão e do Piauí, pelo GTPEG, e corroborados pela Manifestação Conjunta nº 05/2024 MMA/MME [26], acrescidos dos recortes e exclusões complementares efetuados pela ANP, levando em conta a Nota Técnica Conjunta Nº 8/2024/ANP [27], a **ANP está apta para ofertar 24 (vinte e quatro) blocos na Bacia do Parnaíba**, nos Estados do Maranhão e Piauí, conforme Tabela 4 e Figura 4.

54. Embora avaliados, e considerados aptos na Manifestação Conjunta, a STM recomenda que os blocos PN-T-46, PN-T-50, PN-T-51 e PN-T-100 aguardem parecer do SEMA-MA, de forma a cumprir os procedimentos definidos na Portaria Interministerial nº 1/2022 [3].



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 31/01/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 31/01/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 31/01/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.anp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4651084** e o código CRC **7FDFA170**.